

## PELO ESTADO: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA

Marcio Rufino Silva

**RESUMO:** O texto a seguir, advindo em parte de uma experiência posterior ao depósito de minha tese de doutorado, expressa o constante apelo ao Estado e à sua figura no rol das cadeias sociais de equivalência. Trata-se de uma discussão a respeito das formas imanentes ao que denominamos “alienação política”, que se compõe, imediatamente, a outras formas reiteradas de alienação (do tempo, do espaço, do trabalho etc.). Além disso, apontamos para uma reflexão, cada vez mais urgente, a respeito da política institucionalizada e seus enteveros, principalmente no interior da formação social brasileira. Assim sendo, este é um texto que carrega o sentido de um tempo-espaço, em sua manifestação conjuntural (os dois anos das “jornadas de junho”, a estendida “crise política” de 2015 no Brasil) e seus condicionantes estruturais (as novas formas de uma economia mundializada e financeirizada e em prolongada crise há quase uma década). Abrem-se, assim, novas urgências quanto à dimensão da política e do político.

\*\*\*

Antes de tudo, à parte das boas maneiras da escrita do universo acadêmico, permita-me, caro leitor, escrever este texto na primeira pessoa do singular. No entanto, a substituição do costumeiro “nós” pelo inusitado “eu” não exclui, de modo algum, a riqueza das experiências coletivas que, certamente, estão implicadas ao teor da narrativa que se segue.

O relato que faço a seguir se baseia em uma experiência advinda da defesa de minha Tese de Doutorado, em setembro de 2013, na Universidade de São Paulo. Antes de tudo, novamente peço licença ao leitor, desta vez para rerepresentar o propósito e o temário discutido na tese, já que neste mesmo espaço, no número anterior da Revista Continentes, foi feita essa mesma exposição. No entanto, conforme se verá, essa rerepresentação servirá para compor a narrativa implicada ao tema que desejo pôr em questão neste artigo. Ao debate, portanto.

A partir de uma discussão, já trazida de minha dissertação de mestrado, sobre fronteiras e territorialidades, veio uma inspiração para a pesquisa de doutorado. O recorte espacial de análise, nessa oportunidade, foi a Zona Oeste da metrópole

paulistana. Mais especificamente, a tese versou sobre a *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia* (OUCVS), um conjunto de intervenções abrangendo partes consideráveis do território sob jurisdição da Subprefeitura do Butantã (SILVA, 2013). Note-se que o campus principal da USP localiza-se justamente nessa região. E, mais uma vez, certas infraestruturas de transporte justificavam as intervenções e constituíam o álibi para o aumento dos preços dos imóveis: o principal “indutor” para essa Operação Urbana seria a inauguração da Linha 4 do metrô paulistano, denotando, pela primeira vez, a extensão da rede metroviária para a Zona Oeste “além” rio Pinheiros. A região diretamente afetada por essa política, inscrita nos limites da Subprefeitura do Butantã, concentra considerável quantidade de moradias de classes médias e altas, além de institucionalidades públicas (como a USP, por exemplo) e privadas (como o Jockey Clube). Ao mesmo tempo, porém, concentra grande quantidade de moradias precárias (favelas, sobretudo) e populações empobrecidas.

Para desvendar as complexas tramas envolvidas na composição e repercussão da OUCVS, senti necessidade de recorrer, a exemplo de minha pesquisa de Mestrado, a um debate sobre a gênese do lugar. Porém, a pesquisa sobre essa gênese veio acompanhada da descoberta de um rico acervo documental, disponível especialmente nas teias da rede mundial de computadores, em vários sítios diferentes. Resultado: essa pesquisa transformou-se, a partir da leitura e análise desse acervo, na constituição de uma gênese da *propriedade* nas terras do Butantã, envolvendo sesmeiros, posseiros, grileiros e loteadores urbanos.

Traçamos, assim, uma tentativa de localizar o próprio estatuto da *propriedade*, no escopo de seus elementos formais e práticos, partindo de suas determinações presentes, resgatando suas condições pretéritas e retornando a essa concretude contemporânea, aquela do Butantã constituído como a “bola da vez” das grandes estratégias político-econômicas do Estado e dos promotores imobiliários. Essas eram as condições vigentes entre 2009 e 2012, sobretudo, naquele lugar da metrópole.

Outro produto de minha pesquisa de doutorado: considerações a respeito da política e do político, e seu constante *desnível* em relação ao econômico. A esse respeito, muita literatura marxista contemporânea aponta o atual movimento de *colonização* do político e da política pela dimensão do econômico. Desse modo, busco decifrar, em

minha tese, essa colonização a partir das próprias *contradições* próprias dessa relação e desse embate, vinculadas às *contradições* próprias do espaço.

Creio que será de grande valia reter-me um pouco mais neste ponto. No momento em que eu efetivava o depósito do texto final da Tese, no dia 6 de junho de 2013, estava acontecendo a primeira manifestação daquele ano organizada pelo *Movimento Passe Livre* (MPL) na cidade de São Paulo, contra o aumento do preço das passagens dos ônibus municipais. Exatamente uma semana depois, em 13 de junho, uma quinta-feira, aconteceria a manifestação mais duramente reprimida pelas forças policiais, sobretudo da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Naquele dia, um imenso aparato fechava o acesso dos manifestantes à Avenida Paulista, enquanto outras guarnições reprimiam duramente outros grupos de manifestantes que estavam na Rua da Consolação e na Rua Augusta. Foi uma violência tamanha por parte da polícia, atingindo inclusive jornalistas da assim chamada “grande mídia” (quem não se recorda do caso da repórter do “insuspeito”<sup>22</sup> jornal *Folha de São Paulo* que recebeu uma bala de borracha próxima ao olho?<sup>23</sup>), que a repercussão desses acontecimentos naquele final de semana foi alimentando um ambiente cada vez maior de mobilização. Nas assim chamadas “redes sociais”, virtuais ou físicas, grassavam moções de apoio aos manifestantes feridos e expressões de indignação quanto à violência e truculência da Polícia Militar paulista na repressão dos protestos daquele 13 de junho. Nos dias posteriores, sexta, sábado e domingo, quando já estava marcada a passeata de 17 de junho, importava cada vez menos o preço das passagens: era justamente contra a violência policial que se marcharia a partir daquela segunda-feira vindoura.

E foi exatamente isso que aconteceu. Não eram só os “20 centavos”, dizia o mote de muitos que acompanhavam aquela manifestação da segunda-feira. A princípio, como afirmei acima, era também contra a violência policial. Mas as demandas foram

---

<sup>22</sup> Neste ponto, trata-se de uma ironia. Não é possível dissociar toda essa sorte de acontecimentos de suas representações decorrentes. Ou seja: que mídia é essa que, ao mesmo tempo que criminalizava, a princípio, as movimentações contra o aumento das passagens, passa a buscar formas múltiplas de cooptação desses movimentos para sustentar suas próprias bandeiras? Esse é um debate que este artigo buscará também levantar. E que, certamente, não se esgota nos limites desta exposição.

<sup>23</sup> Trata-se da repórter Giuliana Vallone, da TV Folha. Seu infortúnio ajudou a constituir um ambiente ainda mais carregado no tocante à defesa dos “profissionais de imprensa” que sofrem represálias quanto à cobertura de certos acontecimentos de teor político. Um fermento social e político para o dia 17 de junho.

crescendo, e novas lutas foram se agregando. Em São Paulo, nasciam as assim chamadas “jornadas de junho”. Em contextos diversos ou mais ou menos semelhantes, aquela seria a semana em que se consolidariam as grandes manifestações ocorridas em todo o país, em centenas de cidades, contra o aumento do preço das passagens, contra a violência policial e... contra a corrupção. *Contra a corrupção?*

Creio que muitos de nós devemos nos lembrar que houve um momento em que certas lutas e demandas advindas desses movimentos, inequivocamente vinculadas a lutas e demandas das *esquerdas*, na perspectiva dos espectros políticos, naquela semana entre 17 e 21 de junho de 2013 pareceram ser capturadas, processadas e prontamente ressignificadas por certos setores das *direitas*, ou simplesmente da *direita*. De repente, em manifestações ocorridas dias depois daquela fatídica semana, apareceram cartazes “exigindo” a redução da maioria penal, a derrubada de uma “tal” de PEC 37<sup>24</sup> e, algum tempo depois, até mesmo uma “intervenção militar constitucional”, sobretudo na cidade de São Paulo, de onde venho.

Aqueles momentos ainda são marcadamente misteriosos para muitos de nós. Ainda hoje, completados dois anos daquelas “jornadas”, buscamos compreender o seu sentido e, diante de seus desdobramentos, o sentido dos acontecimentos posteriores. Buscamos nos localizar diante de tantos significados políticos, sociais e econômicos levantados a partir dessas jornadas. Em outubro de 2014, logo após o término do segundo turno da polarizada eleição presidencial brasileira, por exemplo, o Prof. Paulo Arantes, da Universidade de São Paulo, afirmou em uma entrevista à *Folha de São Paulo* que teria surgido uma “nova direita” no Brasil após junho de 2013. Para o professor, seria uma direita “não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política”. Além disso, afirmava que essa nova direita brasileira se equiparava às dinâmicas presentes nos Estados Unidos, onde a direita não estaria mais “interessada em constituir maiorias de governo”, e sim em “impedir que

---

<sup>24</sup> Projeto de Emenda Constitucional nº 37, proposto inicialmente em 2011, que tornava exclusivo à Polícia Federal e às Polícias Cíveis o curso de investigações criminais, retirando essa prerrogativa do Ministério Público, por exemplo. Tal campanha contra a PEC 37, levantada e incentivada nos editoriais e chamadas da “grande mídia” (referido neste artigo como o conjunto liderado pelos maiores grupos de mídia do Brasil, a saber: Rede Globo, Editora Abril, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo) obteve grande êxito, com a rejeição sumária da PEC na Câmara dos Deputados, em 25 de junho de 2013. Seria essa uma primeira vitória desses grandes grupos de mídia, no tocante às suas próprias bandeiras levantadas no calor das “jornadas de junho”?

aconteçam governos”. Essa direita, continua, “não quer constituir políticas no Legislativo e ignora o voto do eleitor médio. Ela não precisa de voto porque está sendo financiada diretamente pelas grandes corporações”, completou. Por essa razão, e considero que esse seja o ponto mais importante de sua fala, essa direita pode “se dar ao luxo de ter posições nítidas e inegociáveis. E partem para cima, tornando impossível qualquer mudança de status quo”. Enquanto isso, a esquerda, tornada refém desse novo momento, não poderia agir desse modo porque tem que governar, “constituir maiorias, transigir, negociar, transformar tudo em um mingau”.<sup>25</sup>

E, por falar em mingau, vamos retornar à Tese. Naquele momento, comecei a perceber que certas considerações que eu havia feito tanto em relação à política quanto à economia já estavam começando a ter a sua data. Ou seja: parece que o texto envelheceu muito rápido, antes mesmo de minha defesa! Na tese, há que se reconhecer, estava tratando de uma situação na qual vigia uma sorte de conflitos, de onde emergiam cruamente as contradições do real. No entanto, parecia que o campo da política institucional, instrumentalizada pela força e pela presença do Estado em seus mais variados níveis e extensões, compunham uma *média*, ou seja, uma medida que potencialmente perduraria *ad infinitum* e cada vez mais dificilmente seria questionada ao nível da prática social. Em outras palavras: o *cotidiano*, em seu sentido mais lefebvreano, aquele do campo da *reprodução das relações de produção*, se encarregava de constituir perpetuamente a obra do Estado. O Estado se impunha no início, no meio e no fim daquelas movimentações, daqueles moradores que reivindicavam “participar” dos rumos da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, conforme os dizeres do Estatuto da Cidade, tão mencionados nas reuniões dos movimentos de moradores.

E, de que modo, afinal, o Estado parecia se impor naquele momento? Simplesmente pelo constante aceno às próprias figuras institucionalizadas, em suas formas e conteúdos, no contexto de uma exigência do cumprimento efetivo e da realização da figura do *Estado Democrático de Direito*. Era o *contrato* o que se exigia e o que se pregava: um *contrato social*, de fato. A efetivação da igualdade, da liberdade e da

---

<sup>25</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2015.

justiça por intermédio da participação popular. Era a busca pela *democracia*, por intermédio das instâncias *políticas e jurídicas*.

Para compreender melhor o contexto dessa fala e os seus desdobramentos, explico melhor o encadeamento do problema. Entre o 2005 e 2012, ou seja, um período de sete anos, o projeto dessa Operação Urbana, objeto de minha tese, esteve pairando em inúmeras manifestações: ora como intencionalidade (advinda do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, vigente a partir de 2002), ora como projeto urbanístico (sobretudo a partir de 2005), ora como projeto de lei, já pronto para execução (sobretudo a partir de 2007). Em todos esses sete anos, foram inúmeras as solicitações dos moradores, que se reuniram em torno de associações e entidades já existentes no Butantã (como a *Rede Butantã*, por exemplo, a partir de 2009) e também em movimentos que surgiram depois desses momentos mais críticos (*União Butantã*, em 2006, *Butantã Pode!*, em 2009 etc.). Destaque-se também o envolvimento de entidades de envergadura mais ampliada, com escalas afeitas à totalidade do município e também a outros municípios, como o *Movimento Defenda São Paulo*, a partir de 2007/2008.

Esses momentos de maior embate dos movimentos, entidades e associações contra as ações reconhecidamente autoritárias, ardilosas e pouco transparentes por parte da Prefeitura do Município de São Paulo e seus órgãos e autarquias foram as causas mais importantes para o protelamento da execução dessa Operação Urbana. O ponto culminante de tudo isso se deu no ano de 2012, quando finalmente todo o projeto foi embargado na justiça e, para completar, houve a sucessão de governo no Executivo Municipal.<sup>26</sup> Além disso e, também, por causa disso, a partir do início de 2013, o

---

<sup>26</sup> Trata-se da passagem da gestão chefiada por Gilberto Kassab (2006-2012), aliado histórico de Paulo Maluf (prefeito entre 1993 e 1996), secretário da gestão Celso Pitta (1997-2000), vice-prefeito de José Serra (2005-2006), todos ferrenhos adversários políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), para a gestão chefiada por Fernando Haddad (2013-...). O mais interessante foi notar que Gilberto Kassab, retirando-se do Democratas (DEM) e sendo um dos fundadores do novo Partido Social Democrático (PSD), em 2011, passou a constituir, automaticamente, a base aliada do Executivo Federal, comandada pela então e atual presidenta Dilma Rousseff (PT). A partir de janeiro de 2015, cabe lembrar, assume a pasta do Ministério das Cidades, após um largo histórico de repressão a movimentos pela moradia e denúncias de envolvimento com esquemas de corrupção no tocante a empreiteiras e incorporadoras na cidade de São Paulo durante sua longa gestão. O que é a política institucionalizada...

contexto seria o de elaboração de um novo Plano Diretor, no qual já não caberia mais tratar daquela já falecida Operação Urbana Consorciada Vila Sônia.<sup>27</sup>

Naquele momento, chamou a atenção a publicação de mais um desses editoriais que aparecem sem assinatura em veículos da “grande mídia” (desta vez, no jornal *O Estado de São Paulo*), em 31/12/2012. O texto afirmava que o adiamento “por tempo indeterminado” de licitação de “15 obras viárias importantes destinadas a melhorar o transporte público na capital”, o que incluía a construção de um Terminal Rodoviário da Vila Sônia (um outro quiproquó nos estertores da morte da OUCVS), seria “mais um caso de judicialização da administração pública”, com a participação do Ministério Público Estadual. Citando a insatisfação e a não-concordância exposta por moradores das imediações desse terminal rodoviário, inclusive devido à subutilização dos terminais rodoviários já existentes, o editorial afirma que “não parece razoável que a Prefeitura tenha cometido um erro tão grosseiro na avaliação da capacidade dos terminais, em especial o do Tietê”. Adiantado o raciocínio, o texto afirma que “fala-se muito em participação popular”, que “virou moda” e que “até agora não se determinou com precisão como ela deve se dar na prática”. Põe em dúvida se seria preciso ouvir associações de moradores e se estas de fato representariam “a maioria”, além de questionar: “se prefeito e vereadores foram eleitos para governar e legislar, por que essas consultas, esses plebiscitos?” Encerra a nota remetendo a outro artigo, onde estaria asseverado que “o povo elege o governante e o governante governa”, e que “se governa mal, o povo, em eleições democráticas periódicas, removerá [...] o governante que lhe desagrade”, já que o Poder Judiciário não poderia “servir de trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político por quem não foi eleito”.<sup>28</sup>

Nesta altura, uma questão que se coloca para todos nós, sobretudo após constatarmos as tentativas da assim chamada “sociedade civil” em participar dos rumos de sua cidade, questionando a OUCVS e seus projetos corolários, bem como até mesmo

---

<sup>27</sup> O novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050/14) foi sancionado em julho de 2014. Propôs-se a ser um plano elaborado com um “inédito processo participativo”, exatamente para se contrapor às truculentas propostas levantadas pela gestão anterior, de Gilberto Kassab. Mais uma vez, o que é a política institucionalizada...

<sup>28</sup> Fonte: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/judicializacao-da-administracao-imp-979176>. Acesso em 29 jun. 2015.

formas de constituir associações, organizações ou entidades que, de algum modo, pudessem “empoderar” esses cidadãos, seria “por que a insistência em formas tão autoritárias, por parte desse Estado, de fazer política”? É uma questão um tanto quanto complexa, ampla, e que conduziria a raízes muito mais profundas no campo da Filosofia Política ou ainda da própria Ciência Política, quando se questiona ou se problematiza a representação, a constituição do Estado, uma Teoria do Estado e do Direito etc. Enfim, são inúmeras áreas do conhecimento que se debruçam há tempos sobre esses princípios do poder público e da administração pública no contexto moderno.

No entanto, não pretendo apontar respostas definitivas, e sim outros questionamentos a respeito dessas formas. Ou, talvez, algumas hipóteses. O trabalho de Thamy Pogrebinschi, por exemplo, disserta a respeito do conteúdo eminentemente político da obra de Karl Marx, numa rara concepção refutadora do pretense “corte epistemológico” entre o “jovem” e o “maduro” Marx, ou ainda entre o Marx “filósofo”, o Marx “político” e o Marx “economista”. Ao que parece, a unidade da obra de Marx é restituída no texto da Thamy, exatamente de modo a potencializar a compreensão dos termos do “enigma do político” no interior da obra do autor. Apresentando seu texto, Pogrebinschi afirma que:

Este livro busca fazer da crítica marxiana da política uma afirmação da essência do político. Denominarei essa tarefa projeto dialético de negação criadora. Isso consiste, de certo modo, em submeter a obra de Marx ao princípio hegeliano da negação. Assim como a filosofia só poderia ser realizada pela negação da filosofia, a política só pode ser compreendida – e realizada – pela negação da política. Chamarei, portanto, de “o político” a negação marxiana da política. Ao promover um *Aufhebung* [conservação e supressão] do pensamento de Marx, busco perguntar: no processo da negação da negação, o que se afirma? Ao transcender-se a política, quais conteúdos são preservados que possibilitam pensar o político? Como o político pode constituir-se em uma unidade de opostos, a partir da política? (2009: 19-20)

Assim, pensar a política, entranhada ainda aos ditames da modernidade, incluiria necessariamente o seu vir-a-ser, pela sua supressão, rumo ao político. Deste modo, não pareceria a Marx ser suficiente “conquistar o poder”, já que “derrubar o governo”, sobretudo após sua experiência analítica em relação à Comuna de Paris de 1871 se diferenciaria de “derrubar o Estado”, esta última acepção tornada mais potente no pensamento político marxiano. Como se realizaria esse projeto? Pogrebinschi já o

revela desde o início: seria o *desvanecimento* do Estado, ou seja, a superação da separação moderna entre a “força social de si” dos homens (da “sociedade civil”, digamos assim) e o “poder político”, essa figura tornada abstrata e erigida acima de toda a sociedade. Deste modo, “é essa unidade entre o homem e o social que o político – e não a política – expressa” (2009: 32).

Como se daria, então, esse desvanecimento do Estado? Em seu texto se aponta que o Estado seria abolido “na medida em que e uma vez que o Estado abole a si mesmo”, já que “a contradição que define o Estado em oposição à sociedade civil é o fundamento de sua própria abolição” e que “o Estado moderno consolida-se por meio daquela contradição e erige-se sobre esse fundamento, de modo que o desvanecimento é seu destino inexorável” (2009: 48-49). E um debate derivado dessa concepção adviria de uma das críticas de Marx a Bakunin, onde o primeiro assevera que “o fim do Estado não pode ser imediato e não pode, sobretudo, ser desvinculado de condicionantes econômicos e sociais”, já que “seria leviano fazer como os anarquistas e defender pura e simplesmente o fim do Estado, sem que essa postulação estivesse associada a outros movimentos históricos”, a saber, “o fim da divisão do trabalho e a eliminação da propriedade privada”.

Assim, no pensamento marxiano, conforme exposto por Pogrebinschi, “a abolição do Estado não deveria ser a primeira palavra da revolução, mas a última” e “o Estado não precisa ser abolido para que então a revolução seja feita, mas a própria revolução tem como fim – tanto no sentido de finalidade como no sentido de estágio final – a abolição do Estado”, visto que “a revolução acontece para que o Estado seja abolido, pois só assim a divisão do trabalho, a dominação de classe e a propriedade privada serão também abolidas” (2009: 81).

Nessa perspectiva, o caminho para a revolução, na perspectiva apontada por Marx em inúmeras de suas obras, não seria imediato e sequer apreensível por intermédio de

**“Qual a relação entre as “jornadas de junho” e a dura realidade expressa no caráter ainda mais conservador e fisiológico do novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em 2014? Qual o poder das mídias, especialmente, a “grande mídia”, em todo esse embate político que vivemos desde então?”**

uma ação destituída da materialidade das relações sociais, do dado e do estabelecido, bem como de suas virtualidades no próprio campo do político. Neste ponto, Henri Lefebvre (1975) nos adverte a respeito do contexto no qual viveu o próprio homem Karl Marx, já que sua “obra e pensamento” não poderiam jamais “separar-se da sua ação, das suas lutas, das polémicas que sustentou contra os ‘ideólogos’ do seu tempo” (1975: 99), considerando ainda que:

A vida tempestuosa de Marx, revolucionário perseguido, escorraçado de sua pátria, condenado ao exílio, permitiu-lhe confrontar todas as ideias de uma época de profunda fermentação teórica, social e política. Foi assim que pôde compreender e fundir num só corpo de doutrina o materialismo francês do século 18, a tradição francesa de pensamento racional e o socialismo francês do século 19, com a filosofia alemã no seu apogeu (hegelianismo) e a economia política inglesa ‘clássica’.” (1975: 101)

Nada de separações ou “cortes epistemológicos”: o marxismo, ou melhor, o materialismo dialético, nada mais seria senão, segundo Henri Lefebvre, uma “concepção de mundo”, assim como a outras duas grandes concepções de mundo, a “cristã” e a “individual”. No campo metodológico, o *materialismo dialético* consistiria em “adotar de modo coerente o *método dialético*”. Esse *método*, segundo Lefebvre, consiste no estudo de “uma realidade objetiva determinada, [analisando] os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade”, distinguindo-se tais aspectos ou elementos, “sem negligenciar seus liames, sem esquecer que se tratava de uma única realidade”; em seguida, refaz-se a sua *unidade*, isto é, “no conjunto de seu movimento” (2009: 30). Essas considerações remetem a um debate que busquei desenvolver logo no início de minha tese, onde considerei o *movimento* implicando o *entrelaçamento dos espaços sociais*, reconhecendo a própria *negatividade* e a *contradição* como *motores* do desenvolvimento das forças produtivas, bem como do sentido mesmo do *político*.

Recapitulando: o político, o movimento, o materialismo dialético e a práxis. Em carta escrita a W. Bracke, em maio de 1875, Marx afirma que “cada passo de movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (2012: 20). Na sua *Crítica do Programa de Gotha*, texto que reunia “um conjunto de notas de Marx ao texto do projeto de unificação dos partidos socialistas alemães numa única agremiação operária”, onde o autor “denuncia um recuo liberal na plataforma, que seria

apresentada naquele mesmo mês e ano na cidade [alemã] de Gotha, e a submissão dos socialistas revolucionários aos ‘revisonistas’ lassallianos”,<sup>29</sup> consta que:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então *o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’.*” (MARX, 2012: 31-32)

Além disso, afirma que “o socialismo vulgar” herdara da “economia burguesa” o procedimento de “considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção”, o que teria como consequência a exposição “do socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição” (2012: 33). O que dizer, então a partir desse “enigma” observado e exposto por Pogrebinschi? Como se daria essa passagem da *política* ao *político*, a partir do *desvanecimento do Estado*? Como se

---

<sup>29</sup> Nota da Editora. In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 7. Vale a pena, ainda, a leitura desse trecho de Lefebvre, a respeito da matéria. “Também se poderia dizer que Marx e Engels lutaram em duas frentes: contra um certo ‘esquerdismo’ (que negava as nações, os problemas nacionais, as questões relativas à independência dos povos e a seu direito de dispor de si mesmos); contra um certo ‘desvio de direita’, que aceitava a limitação nacional, com seus representantes elevando sua própria nação acima das outras, como bandeira ou modelo. [...] Por outro lado, ao tempo de Marx, essas tendências não têm a nitidez que assumirão ou parecerão assumir mais tarde. [Ferdinand] Lassalle [1825-1864], esquerdista em certo sentido (a ‘lei de bronze’), também é nacionalista alemão e estadista inveterado. Quanto aos direitistas partidários de Proudhon, eles estendem ao conjunto dos países capitalistas sua tese (sobre o papel das cooperativas, dos bancos populares etc.) e não aceitam as particularidades nacionais. Ao tempo da Primeira Internacional, o reformismo adotava uma atitude filosófica mais oposta ao nacionalismo, e o extremismo tendia a aceitar a noção de Estado como dado fundamental da política. O que não simplifica o problema. Será que descobriremos uma resposta nas *Notas marginais ao programa de Gotha*, último grande escrito político de Marx, posterior de quase trinta anos ao *Manifesto Comunista*, e que não era destinado à publicação? O movimento torna-se partido; traz em si as promessas e esperanças da revolução; pretende inspirar-se em Marx; e Marx, ainda vivo, embora já esgotado pela doença, deve afastar-se deste programa. Ele faz uma advertência privada, logo solene, aos dirigentes: seu programa não está à altura da teoria; sua ação não está ao nível da ciência; sua prática política se compõe de compromissos. Sobre que assunto se estabelece o litígio? Sobre o Estado, sobre o conceito do Estado, ligado à nacionalidade e à realidade nacional. Contra quem Marx luta? Contra o espectro de Lassalle, morto há dez anos, e que continua presente no ‘movimento’. Existe um ‘lassallismo’, bastante diverso do ‘marxismo’, e que na prática política, ganha para os conceitos elaborados por Marx. Lassalle jamais pôde elevar-se ao nível dos conceitos. Ele não *sabia* o que é o salário – ou o que é o Estado. Ele confiava em sua imaginação, em seus sentimentos, em suas impressões. Mesclava uma fraseologia radical com um empirismo político, aceitando os quadros existentes da sociedade, do Estado e mesmo do govêrno. Mais demagogo do que revolucionário, malgrado suas qualidades, desde as origens do movimento ele conseguiu arrastá-lo para um caminho desastroso”. LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**, 1969, pp. 130-131.

superaria, nas palavras de Marx, o “estreito horizonte jurídico burguês”, em direção a uma sociedade comunista, onde a produção e a reprodução não estariam mais aliadas aos ditames da economia política, na perspectiva da valorização do valor?

Voltando àquele editorial de jornal, que reduzia drasticamente a dimensão do político a um mero referendar eleitoral, quando assume os discursos do Executivo Municipal nesses sete longos anos quanto à OUCVS e a sua pretensa “legitimidade” de “governar”, plagia o discurso da Prefeitura e instaura um pensamento legitimamente autoritário. No entanto, no tocante aos movimentos observados na Tese, em todos os momentos em que apareceu o componente da “participação popular”, havia um sentido de *legitimidade* das demandas que eram levantadas e das reivindicações quanto ao “empoderamento” da sociedade civil (organizada ou não, como se disse em algumas das reuniões) que parece pouco questionável. Os discursos que referendavam a necessidade de se superar a “democracia representativa” e se caminhar em direção à “democracia participativa” pareciam comportar, *à primeira vista*, exatamente esses pressupostos quanto à possibilidade de se constituir uma *democracia direta* (como se disse expressamente em algumas reuniões) e, indo muito longe, ao *desvanecimento do Estado*.

No entanto, cabe aqui outro questionamento: todo esse leque de movimentos, entidades, associações e organizações, tanto no Distrito Raposo Tavares quanto no Butantã, Vila Sônia e Morumbi, que compôs o mosaico exposto na tese, será que alguns deles caminhariam *efetivamente* em direção ao desvanecimento do Estado? Caminhariam em direção a uma sociedade *comunista*, nos termos indicados por Marx, desde seus escritos da década de 1840 até este, de 1875, onde o “maduro” Marx ainda se referia a uma “futura” comunidade?

Afinal, seria este o objetivo desses movimentos sociais de bairro, associações, entidades etc.? Ou ainda, quais as efetivas possibilidades e impossibilidades que se colocam até mesmo para as reivindicações mais “imediatas” (garantir a “qualidade de vida”, controlar o adensamento, integrar os planos de mobilidade urbana à questão da moradia e do desenvolvimento local, preservar o meio-ambiente etc.), quando o horizonte dessas reivindicações parece, *à segunda vista*, não conduzirem ao desvanecimento do Estado, e sim ao *reforço* do Estado, como figura que se erige acima da vida social, e que assegura exatamente as condições de *reprodução das relações de*

*produção*? Assim, permanecer na lógica do valor, restituir continuamente a equivalência, “disciplinar” e “humanizar” o capital, não seriam formas de adiar a explosão da crise, atirá-la ao horizonte mais e mais crítico da super-exploração da mais-valia?

Tratamos de possível-impossível, do campo cego,<sup>30</sup> da forma urbana como expressão dessa unidade de contraditórios, da negatividade em ato e, francamente incluído neste debate, ainda que de modo embrionário ou muitas vezes latente no percurso deste texto: a materialidade das relações de produção, conforme se manifesta na vida cotidiana de paulistanos e... brasileiros. Em minha tese, inclusive, ensaio fazer um tratamento a respeito da *formação social brasileira*. Porém, dados os limites deste artigo, esse debate ficará para outra oportunidade.

Para encerrar, gostaria de fazer um apontamento de um interessante texto do filósofo esloveno Slavoj Žižek, cuja tradução para o português foi publicada em 2011, com o título de “Primeiro como tragédia, depois como farsa”. Trata-se de um texto de caráter talvez ensaístico, com toda a liberdade que esse tipo de escrito pode proporcionar. Além de tudo, chama a atenção a inquietante contemporaneidade do livro, numa tentativa de atualizar, inclusive, o que se aponta como a “hipótese comunista”. Assim, o próprio autor define essa hipótese:

Este livro toma a crise em curso como ponto de partida e passa gradualmente para “assuntos correlatos” com o objetivo de revelar suas contradições e consequências. [...] O que este livro oferece não é uma análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial” – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso

<sup>30</sup> “Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem *campos cegos*. Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. paradoxos. O olho não vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esses paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe *campo* que não se vê? Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano -, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *redutor* da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver. [...] Campos cegos? Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, ‘cego’, e um termo objetivo, o ‘campo’ (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra ou reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo *filosófica e cientificamente*, isto é, na análise dita filosófica e no conhecimento. Não se trata mais da distinção trivial entre o que fica na sombra e o que é iluminado, mesmo se acrescentarmos que a ‘iluminação’ intelectual tem limites, afasta ou menospreza isto ou aquilo, projeta-se aqui e não ali, põe aquilo entre parênteses e isto em evidência. E isso não é tudo: há o que não se sabe e o que não se pode elucidar”. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, 2008, pp. 35-37.

menos universal. O lado que se adota aqui, claro, é o do comunismo. [...] A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era “eterno” no velho. Se o comunismo é mesmo uma ideia “eterna”, então serve de “universalidade concreta” hegeliana: é eterna não no sentido de uma série de características universais e abstratas que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica.” (2011:18-19)

Quanto ao envelhecimento do meu texto, assim que eu o depositei, tal fato certamente decorre das condições contemporâneas, sobre as quais, mais uma vez, posso deixar para Zizek a sua problematização:

“Como, então, revolucionaremos uma ordem cujo próprio princípio é a autorrevolução constante? Mais do que solução para os problemas que enfrentamos hoje, o comunismo é, em si, o nome do problema: o nome da difícil tarefa de romper os limites da estrutura de mercado e Estado, tarefa para a qual não há fórmula fácil à mão. [...] Minha sugestão é antes a seguinte: e se o capitalismo global de hoje, precisamente na medida em que é “sem mundo” e envolve uma ruptura constante de toda ordem fixa, abrir espaço para uma revolução que rompa o círculo vicioso de revolta e reinscrição – em outras palavras, não siga o padrão da explosão eventual seguida do retorno à normalidade – e assuma a tarefa de um *novo “ordenamento” contra a desordem capitalista global*? Da revolta, passaremos desavergonhadamente para a imposição de uma nova ordem. (Essa não é uma das lições da crise financeira atual?) É por isso que o foco no capitalismo é fundamental se quisermos realizar a ideia comunista: o capitalismo “sem mundo” contemporâneo muda radicalmente as coordenadas da luta comunista – o inimigo não é mais o Estado a ser solapado a partir de seu ponto de torção sintomal, mas o fluxo de autorrevolução permanente.” (2011: 111)

Desse modo, como poderíamos nos posicionar, diante dessas circunstâncias e dentro desse momento tão crítico em que vivemos? Quais os desdobramentos necessários a essas formas reiteradas de alienação, seja no tempo, seja no espaço, seja na dimensão do trabalho, seja na dimensão da política...?

Por exemplo, esse é um ponto que ainda precisa ser muito discutido: qual a relação entre as “jornadas de junho” e a dura realidade expressa no caráter ainda mais conservador e fisiológico do novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em 2014? Qual o poder das mídias, especialmente, a “grande mídia”, em todo esse embate político que vivemos desde então? De que modo outras categorias de alienação, ancoradas na junção entre um fundamentalismo de mercado e um fundamentalismo religioso, podem ser vislumbradas e servem para compreender o caráter desses embates, no campo da política institucionalizada brasileira?

Essas perguntas dizem respeito a um momento cada vez mais crítico (e mais confuso) no tocante aos acontecimentos contemporâneos, confusamente percebido, nos dizeres de Milton Santos: haveria, no Brasil atual, uma aliança (cada vez mais explícita) entre essa “grande mídia”, amplos setores do judiciário e do legislativo federal para uma recomposição ou reaglutinamento dos pactos e acordos desse fundamentalismo de mercado? As perspectivas neoliberais, que nunca saíram de cena, nem mesmo no contexto da crise de seus pressupostos, não estariam à busca de condições mais favoráveis em se realizar, nos estertores dessa reprodução crítica, amplificada por meio do expediente da “acumulação por despossessão”, conforme conceituação de David Harvey?

Para colocar um pouco mais de pimenta na discussão, arrisco-me a asseverar o recado publicado pela página “Carta Maior”, em duríssimo editorial de 28 de junho de 2015, assinado por Joaquim Palhares: “Golpe: a derrubada em marcha”.<sup>31</sup> Trocando em miúdos: o autor simplesmente coloca a gravidade da situação atual em termos de uma iminente (provável ou possível?) ruptura institucional. Viveremos para ver novamente esse filme?

Fica aberto, portanto, o debate. E fiquemos de olhos bem abertos!

---

<sup>31</sup> Fonte: <http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Golpe-a-derrubada-em-marcha/33845>. Um trecho do contundente artigo. “Os fatos caminham à frente das ideias: a história apertou o passo. A dinâmica política assumiu a vertiginosa transparência de um confronto em campo aberto no país. Trata-se de escolher um dos lados e tomar posição para o combate. Este que já começou e avança de forma acelerada. É o seu desfecho que decidirá o aluvião das pendências, críticas, autocríticas, repactuações, concessões e escolhas estratégicas que vão modelar o passo seguinte do desenvolvimento brasileiro. De um modo direto: o desfecho desse confronto vertiginoso reflete uma correlação de forças que se esgarçou e caminha para um novo ponto de coagulação na forma de um outro arranjo de poder. Qual será esse ponto? Depende do discernimento histórico, do sentido de urgência e da capacidade de articulação das forças progressistas nessa hora decisiva. Estamos em meio a um processo de derrubada do governo democraticamente eleito da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Dê-se a isso o nome que se quiser. [...] Exortamos os intelectuais a irem além do debate convencional. Estamos propondo a incômoda operação de concretizar o geral no particular. Trata-se de uma exortação à Universidade pública, para que ela volte a ser um ator do desenvolvimento. E não apenas um cronista da crise. Ou um coadjuvante do mercado. Não basta mais produzir manifestos contra os golpistas. É preciso afrontar o projeto de país embutido no golpe com um outro projeto. E, sobretudo, com um outro método de escrutiná-lo.” Creio que este trecho já é mais que suficiente para compreendermos o estatuto da discussão. Aliás, somente uma discussão? *Não seria uma urgência dos tempos?*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1975.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. *A reprodução do urbano nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*. 2013. 455 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.